

Titanium Holdings S.A.

CNPJ 07.131.799/0000-52
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Não exercido fmdo em 31 de dezembro de 2024, a Titanium Holdings S.A. (Sociedade) registrou Lucro Líquido de R\$ 53.472 mil, Patrimônio Líquido

de R\$ 772.574 mil e Ativos Totais de R\$ 773.452 mil. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em estatuto social.

Colacionamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					Diretoria				
Ativo	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023		
Circulante		275.743	200.888		Circulante		878	23.750	
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	158.815	95.428		Impostos e Contribuições a Recolher		323	-	
Valores a Receber	7	116.928	105.460		Dividendos a Pagar/Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	13a	408	29.750	
Não Circulante		497.709	590.068		Outras Obrigações		57	-	
Realizável a Longo Prazo	8	497.709	590.068		Não Circulante		-	41.586	
Valores a Receber	7	467.713	527.703		Passivos Fiscais Diferidos	14c e 14e	-	3.750	
Depósitos Judiciais	8b	-	37.254		Provisão para Riscos Fiscais	8b	-	37.846	
Depósitos Judiciais	8b	-	37.254		Patrimônio Líquido		772.574	718.610	
Tributos a Compensar ou a Recuperar	14c	29.980	12.646		Capital Social	9a	410.320	410.320	
Ativos Fiscais Diferidos	14f	15	12.865		Reservas de Lucros	9d	362.254	309.290	
Total do Ativo		773.452	790.956		Total do Passivo e Patrimônio Líquido		773.452	790.956	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	Nota	2024	2023		Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Totais	
Receitas Operacionais		288	2		Eventos				
Outras Receitas Operacionais		288	2		Saldos em 31 de dezembro de 2022	376.100	32.669	244.768	- 653.137
Despesas Operacionais		(3.786)	(4.091)		Saldo em 31 de dezembro de 2022	34.220	-	-	34.220
Despesas Tributárias	10	(3.786)	(4.091)		Lucro Líquido do Exercício	-	-	67.253	67.253
Despesas Gerais e Administrativas	11	(119)	(69)		Destinações - Reservas	-	3.363	28.890	(32.253)
Resultado Financeiro		77.398	87.787		Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(35.000)	(35.000)
Receitas Financeiras		78.806	90.644		Saldos em 31 de dezembro de 2023	410.320	35.632	273.658	53.472
Despesas Financeiras		(1.408)	(2.857)		Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	53.472	53.472
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		73.900	83.599		Destinações - Reservas	-	2.674	50.290	(52.964)
Imposto de Renda e Contribuição Social	14a e 14b	(20.428)	(16.346)		- Dividendos Propostos	-	-	-	(508)
Lucro Líquido do Exercício		53.472	67.253		Saldos em 31 de dezembro de 2024	410.320	38.306	323.948	- 772.574

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2024	2023				2024	2023		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:					Lucro Líquido do Exercício		53.472	67.253	
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social					Outros Resultados Abrangentes		53.472	67.253	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos					Total do Resultado Abrangente do Exercício		53.472	67.253	
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras									
Provisão para Obrigações Legais									
Lucro Líquido Ajustado									
(Aumento)/Redução em Outros Ativos									
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações									
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos									
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais									
Juros sobre o Capital Próprio Pagos									
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos									
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa									
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício									
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício									
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa									

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Titanium Holdings S.A. ("Sociedade") é uma empresa que tem como objeto a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, aquisição e transferência de participações acionárias.

2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2024. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Administração em 27 de março de 2025.

2.2) Método funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, estão disponibilizados em moeda nacional e as aplicações financeiras, que são prontamente convertíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior 90 dias, e representam risco insignificante de mudança de valor justo.

2.4) Ativos financeiros
A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VORA - Patrimônio Líquido).

Mensurados ao custo amortizado
São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derrem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado, qualquer ganho ou perda no desempenho é reconhecido no resultado.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)
Os ativos financeiros mensurados a VJR são reconhecidos e inicialmente mensurados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros e receitas de dividendos.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociação no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (Solely Payment of Principal and Interest). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são classificados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VORA)
São reconhecidos inicialmente ao valor justo, mais o custo de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo por meio de seus ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

Metodologia de apuração do valor de mercado
O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo, mas não limitados a cotação de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimonial e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

2.5) Determinação do valor justo
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação de acordo com as seguintes formas:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos identificados;
- Nível 2: input, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: input, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.6) Outros ativos
São representados por recebíveis e são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se torna parte das demonstrações contábeis do instrumento.

Não houve reconhecimento de provisão para perda dos ativos financeiros, uma vez que não há qualquer perda esperada com a contraparte conforme CPC 48.

2.7) Agio (Goodwill)
O agio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures. O agio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Sociedade sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O agio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Sociedade sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (quanto por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O agio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados da unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o agio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de agio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do agio relativo à entidade vendida.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

A Sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa esperados de uma unidade geradora de caixa, seja por deterioração de seus ativos, seja por deterioração de seus passivos, a perda por impairment, Nos exercícios de 2024 e 2023, não houve perda por impairment.

2.9) Provisões, ativos e passivos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando do montante envolvido forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estão totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

2.10) Patrimônio líquido
a) Lucro por ação
A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria. Não há fatores de diluição do lucro.

b) Juros sobre o capital próprio/dividendos
A distribuição de juros sobre o capital próprio aos dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição dos juros sobre o capital próprio/dividendo mínimo obrigatório, previsto no Estatuto Social da Sociedade.

de R\$ 772.574 mil e Ativos Totais de R\$ 773.452 mil. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em estatuto social.

Colacionamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Totais	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	376.100	32.669	244.768	- 653.137
Saldo em 31 de dezembro de 2022	34.220	-	-	34.220
Lucro Líquido do Exercício	-	-	67.253	67.253
Destinações - Reservas	-	3.363	28.890	(32.253)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(35.000)	(35.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	410.320	35.632	273.658	53.472
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	53.472	53.472
Destinações - Reservas	-	2.674	50.290	(52.964)
- Dividendos Propostos	-	-	-	(508)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	410.320	38.306	323.948	- 772.574

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2024	2023		
Lucro Líquido do Exercício		53.472	67.253	
Outros Resultados Abrangentes		53.472	67.253	
Total do Resultado Abrangente do Exercício		53.472	67.253	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

2.11) Recaudas Financeiras
As recaudas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, certificados de depósitos bancários, Letras Financeiras e demais ativos financeiros. As recaudas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.12) Impacto de renda e contribuição social
Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos Fiscais Diferidos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Passivos Fiscais Diferidos".

Os ativos fiscais diferidos sobre o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos Fiscais Diferidos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Passivos Fiscais Diferidos".

Os ativos fiscais diferidos sobre o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos Fiscais Diferidos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Passivos Fiscais Diferidos".

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos ativos fiscais diferidos estão apresentados na Nota 14.

2.13) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

2.14) Outros ativos e passivos
Os ativos e passivos demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata) e a provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata).

2.15) Alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos no final das notas explicativas.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS
a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024:

Alterações do IFRS 18 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, previam a adoção de requisitos para a divulgação de informações sobre arrendamentos. A Sociedade não possui contratos de arrendamento, portanto, não há impacto nas demonstrações financeiras.

Alterações do IFRS 18 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, previam a adoção de requisitos para a divulgação de informações sobre arrendamentos. A Sociedade não possui contratos de arrendamento, portanto, não há impacto nas demonstrações financeiras.

Alterações do IFRS 18 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, previam a adoção de requisitos para a divulgação de informações sobre arrendamentos. A Sociedade não possui contratos de arrendamento, portanto, não há impacto nas demonstrações financeiras.

Alterações do IFRS 18 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, previam a adoção de requisitos para a divulgação de informações sobre arrendamentos. A Sociedade não possui contratos de arrendamento, portanto, não há impacto nas demonstrações financeiras.

Alterações do IFRS 18 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, previam a adoção de requisitos para a divulgação de informações sobre arrendamentos. A Sociedade não possui contratos de arrendamento, portanto, não há impacto nas demonstrações financeiras.

Alterações do IFRS 18 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, previam a adoção de requisitos para a divulgação de informações sobre arrendamentos. A Sociedade não possui contratos de arrendamento, portanto, não há impacto nas demonstrações financeiras.

Alterações do IFRS 18 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, previam a adoção de requisitos para a divulgação de informações sobre arrendamentos. A Sociedade não possui contratos de arrendamento, portanto, não há impacto nas demonstrações financeiras.

Alterações do IFRS 18 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, previam a adoção de requisitos para a divulgação de informações sobre arrendamentos. A Sociedade não possui contratos de arrendamento, portanto, não há impacto nas demonstrações financeiras.

Alterações do IFRS 18 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, previam a adoção de requisitos para a divulgação de informações sobre arrendamentos. A Sociedade não possui contratos de arrendamento, portanto, não há impacto nas demonstrações financeiras.

Alterações do IFRS 18 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, previam a adoção de requisitos para a divulgação de informações sobre arrendamentos. A Sociedade não possui contratos de arrendamento, portanto, não há impacto nas demonstrações financeiras.

Alterações do IFRS 18 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, previam a adoção de requisitos para a divulgação de informações sobre arrendamentos. A Sociedade não possui contratos de arrendamento, portanto, não há impacto nas demonstrações financeiras.

Alterações do IFRS 18 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, previam a adoção de requisitos para a divulgação de informações sobre arrendamentos. A Sociedade não possui contratos de arrendamento, portanto, não há impacto nas demonstrações financeiras.

Alterações do IFRS 18 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, previam a adoção de requisitos para a divulgação de informações sobre arrendamentos. A Sociedade não possui contratos de arrendamento, portanto, não há impacto nas demonstrações financeiras.

Alterações do IFRS 18 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, previam a adoção de requisitos para a divulgação de informações sobre arrendamentos. A Sociedade não possui contratos de arrendamento, portanto, não há impacto nas demonstrações financeiras.

Alterações do IFRS 18 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, previam a adoção de requisitos para a divulgação de informações sobre arrendamentos. A Sociedade não possui contratos de arrendamento, portanto, não há impacto nas demonstrações financeiras.

Alterações do IFRS 18 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, previam a adoção de requisitos para a divulgação de informações sobre arrendamentos. A Sociedade não possui contratos de arrendamento, portanto, não há impacto nas demonstrações financeiras.</

...continuação

Titanium Holdings S.A.

CNPJ 07131.759/0001-52
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco – SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

I - Provisões contingentes

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
No início do exercício	37.846	31.023
Atualizações monetárias.....	1.408	2.735
Constituições líquidas de (reversões e baixas) (1).....	(39.254)	4.088
No final do exercício	-	37.846

(1) Neste exercício, com o encerramento do processo de forma desfavorável, procedemos a realização da provisão com a baixa do respectivo depósito, visto que já houve a conversão em renda à União Federal (2023 – R\$ 37.254).

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2024 e 2023, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Ordinárias - classe “A” (I).....	58.657.031	58.657.031
Ordinárias - classe “B” (II).....	52.014.256	52.014.256
Total	110.671.287	110.671.287

(I) Cada ação ordinária, classe “A”, corresponde a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais; e

(II) As ações ordinárias classe “B” são conversíveis, a qualquer tempo e a critério de seus titulares, em ações preferenciais-resgatáveis.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de março de 2024, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 34.220, elevando-o de R\$ 376.100 para R\$ 410.320, mediante a subscrição de 5.374.157 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 2.846.364 da classe “A” e 2.525.793 da classe “B”.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	53.472	67.253
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares).....	110.671	109.776
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	0,48	0,61

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
- Reserva legal (i).....	38.306	35.632
- Reserva estatutária (ii).....	323.948	273.658
Total	362.254	309.290

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as Demonstrações Financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no máximo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2024	% (1)	2023	% (1)
Lucro líquido do exercício	53.472		67.253	
Reserva legal.....	(2.674)		(3.363)	
Base de cálculo	50.798		63.890	
Dividendos propostos.....	508		-	
Juros sobre o capital próprio (bruto) (2).....	-		35.000	
Imposto de renda retido na fonte - 15%.....	-		(5.250)	
Total geral dos dividendos	508	1,00	-	-
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido)	-		29.750	46,56

(1) Percentual dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio, sobre a base de cálculo; e

(2) JCP deliberado em 15 de dezembro de 2023, pago em 28 de junho de 2024.

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2024	2023
Contribuição à Cofins.....	3.152	3.516
Contribuição ao PIS.....	512	571
Outras.....	3	4
Total	3.667	4.091

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2024	2023
Editais e publicações.....	93	47
Serviços de auditoria externa.....	16	15
Outras.....	10	7
Total	119	69

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Alexandre da Silva Glüher

Diretor Vice-Presidente
Maurício Machado de Minas

Diretores Executivos

Rogério Pedro Câmara
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
Moacir Nachbar Junior
Guilherme Müller Leal
Bruno D'Ávila Melo Boetger

Diretor

Vinicius Panaro

Vinicius Panaro
Contador – CRC-1SP32484/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Titanium Holdings S.A.
Osasco – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Titanium Holdings S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Titanium Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e em normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

12) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2024	2023
Receitas financeiras		
Variação monetária de contrato de mútuo a receber.....	67.392	84.167
Receitas de aplicações em certificado de depósito bancário.....	8.698	3.290
Juros ativos.....	1.308	452
Atualização monetária - depósito judicial.....	1.408	2.735
Total	78.806	90.644
Despesas financeiras		
Juros passivos.....	-	(152)
Atualização monetária - passivos contingentes.....	(1.408)	(2.735)
Total do resultado financeiro	(1.408)	(2.887)
Total	77.398	87.757

13) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	Controlador (1)		Outras partes relacionadas (2)	
	2024	2023	2024	2023
Ativos				
Caixa/disponibilidades.....	-	-	158.815	95.428
Valores a receber.....	-	-	584.641	584.641
Passivos				
Juros sobre capital próprio a pagar.....	-	29.750	-	-
Dividendos a pagar.....	508	-	-	508
Total				

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Em 31 de dezembro			
	Controlador (1)		Outras partes relacionadas (2)	
	2024	2023	2024	2023
Receitas com juros				
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	67.392	84.167
Receitas de aplicação.....	-	(35.000)	-	-
Total				

(1) Cidade de Deus Sociedade Comercial de Participações (“Cidade de Deus”) e Nova Cidade de Deus Participações S.A. (“Nova Cidade de Deus”); e (2) BBD Participações S.A. (“BBD”) e Bradesco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Sociedade.

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2024	2023
Resultado antes dos tributos do imposto de renda e contribuição social	73.900	83.599
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) às alíquotas vigentes.....	(25.126)	(28.424)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar).....	-	11.900
Despesas indebitáveis líquidas de receitas não tributáveis.....	445	-
Outros valores.....	4.253	178
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(20.428)	(16.546)
b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social		

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2024	2023
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(11.328)	(17.756)
Impostos diferidos		
Constituição/realização no exercício sobre adições e exclusões temporárias.....	(9.100)	1.390
Total dos impostos diferidos	(9.100)	1.390
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(20.428)	(16.346)
c) Origem dos ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social		

	Em 31 de dezembro		
	2023	Constituição	Realização
Provisões para contingência fiscal.....	12.865	-	(12.865)
Provisões para publicação a pagar.....	-	15	-
Total dos ativos fiscais diferidos	12.865	15	(12.865)
Passivos fiscais diferidos	3.750	-	(3.750)
Ativos fiscais líquidos dos passivos fiscais diferidos	9.115	15	(9.115)
d) Projeção de realização dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias			

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2025.....	11	4	15
Total	11	4	15
A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente dos ativos fiscais diferidos, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 15 (2023 – R\$ 10.979) de diferenças temporárias. Todos os ativos fiscais da “Sociedade” foram devidamente ativados.			

e) Passivos fiscais diferidos

	Em 31 de dezembro		
	2023	Constituição	Realização
Atualização de depósitos judiciais.....	3.750	-	(3.750)
Total dos passivos fiscais diferidos	3.750	-	(3.750)
f) Tributos a compensar ou a recuperar			

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo não circulante, no montante de R\$ 29.980 (2023 – R\$ 12.646), referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023; e

b) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conlujo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos aos acionistas da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025.

Claudio Rogelio Sertorio
Contador CRE 1SP212059/O-6

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de

24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 28/03/2025

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/28/TITANIUM/FSE1632028032025.pdf>

Hash: 174311856120d44412444a47a3baef1211610a0c49